

## **Audiência Pública colhe sugestões para reforma do Código Penal**

Dezenas de sugestões foram colhidas na manhã desta terça-feira (27) durante audiência pública sobre a reforma do Código Penal, promovida pelo Ministério Público, com a participação de membros do MP, parlamentares, advogados e de vários setores da sociedade civil organizada.



*Autoridades presentes à audiência pública sobre a reforma do Código Penal*

O evento faz parte da atuação do Grupo de Trabalho de Sistematização da Legislação Penal da Procuradoria-Geral de Justiça e tem o objetivo de oferecer proposta de reforma do Código Penal que atenda aos interesses da sociedade. As sugestões colhidas serão debatidas no Congresso Criminal do Ministério Público, que será coordenado pela Escola Superior do MP.

“A legislação penal deve refletir, sobretudo, o desejo da sociedade e o que temos visto são mudanças na lei penal provocada por fatos pontuais, e não uma reforma penal coerente, que garanta uma tutela justa aos bens mais caros da sociedade”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Fernando Grella, na abertura da audiência pública.

Já o procurador de Justiça Antonio Carlos da Ponte, lembrou que “a justiça penal deve ser objeto de uma construção permanente e constante” e afirmou que a sociedade precisa participar da reforma do Código Penal com uma postura propositiva. Para ele, é importante que haja uma preocupação, por exemplo, com a pessoa jurídica criminoso, além da ampla discussão sobre as penas e a prescrição dos crimes.

Para o diretor da Escola Superior do MP, procurador de Justiça Mário Luiz Sarrubbo, as reformas legislativas pontuais “quebraram por completo a sistematização e a ordenação de nossa legislação penal”. Segundo Sarrubbo, “não existe mais a indispensável proporcionalidade entre a pena e o bem tutelado”, o que causa a sensação de que o crime compensa.



*Lúcia Casali: “Sem a execução penal séria, não há legislação penal efetiva”*

Também destacou a necessidade de uma profunda reforma penal a diretora da Fundação “Prof. Manoel Pedro Pimentel”, Lúcia Maria de Oliveira Casali, que destacou a importância de o Ministério Público debater a questão junto com a sociedade civil. “É o Brasil que tem que decidir o que ele quer; se quer criar um bando de animais enjaulados na cadeia ou leis que tenham sentido, proporcionalidade e sejam efetivamente cumpridas”, afirmou. “Sem a execução penal séria, não há legislação penal efetiva”, completou.

A deputada federal Bruna Furlan disse que o Congresso está pronto para as mudanças e deu seu testemunho pessoal, afirmando que há sete anos seu avô foi assassinado durante um assalto. “Das cinco pessoas envolvidas no crime, apenas uma está presa, o que nos deixa descrentes com o futuro”, revelou.



*Masataka Ota: depoimento emocionado como exemplo da impunidade no país*

Também deu um depoimento emocionado Masataka Ota, cujo filho Ives Ota foi morto por sequestradores aos oito anos de idade. “Os assassinos de meu filho foram condenados a 43 anos de prisão, mas ficaram apenas seis anos na cadeia”, relatou, defendendo uma reforma penal que torne o sistema mais rígido para evitar impunidade.

A criminalização de pessoas jurídicas e da homofobia, o tratamento adequado das leis em relação à ortotanásia, a descriminalização do aborto, o endurecimento legal em relação aos crimes de pedofilia, contra a vida e contra o meio ambiente foram algumas das sugestões apresentadas pelos representantes de vários segmentos da sociedade civil organizada.

A reforma do Código Penal será o tema principal do Congresso Criminal que a Escola Superior do Ministério Público promoverá no segundo semestre. A ESMP disponibilizou o email [esmp-expediente@mp.sp.gov.br](mailto:esmp-expediente@mp.sp.gov.br) para colher sugestões da sociedade sobre o tema.

